

Indefinida a data para reiniciar negociações com bancos credores

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O governo ainda não definiu a data de retomada do processo de negociações com o comitê assessor da dívida externa brasileira, em Nova York. Ontem, o negociador oficial da dívida externa, embaixador Jório Dauster, reuniu-se novamente com a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, mas não houve ainda uma conclusão dessa etapa de avaliação que a equipe econômica desenvolve, internamente, em torno da situação em que se encontram as conversas até aqui desenvolvidas com os bancos credores.

"Não há nada marcado sobre o retorno, temos de aguardar decisões superiores", disse ontem a este jornal, o embaixador Dauster, depois da reunião do Ministério da Economia. Dependendo da agenda da ministra, é possível que nova reunião da equipe econômica — além da ministra e de Dauster, o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, e o assessor



Jório Dauster

da ministra, José Francisco Gonçalves, fazem parte do restrito grupo interno que toma as decisões sobre o acerto externo — acontece hoje. De certeza, o embaixador sabia ontem que não viajará hoje para Nova York.

Um telex enviado pelo comitê assessor (ver abaixo) — composto por 22 representantes — a todo o universo de bancos credores no final da semana passada deixa clara a disposição para a retomada das negociações "em breve". O

telex é datado do dia 6 de dezembro (ver abaixo) e foi, portanto, enviado aos cerca de 300 bancos credores privados quando o embaixador Jório Dauster já estava de volta a Brasília, atendendo a um pedido para compor a comitiva de recepção ao presidente dos Estados Unidos, George Bush, e sua equipe. O texto do telex é neutro, coloca as posições de ambos os lados, embora não contenha nenhuma indicação no sentido de algum passo adicional importante, seja na direção do Brasil na direção dos bancos.

O retardamento do retorno do embaixador Dauster a Nova York, no entanto, não deixa de ser providencial, tendo em vista a decisão do Senado Federal prevista para hoje com relação ao projeto de resolução que procura fixar parâmetros para a renegociação da dívida externa. O editor João Alexandre, deste jornal, notou ontem uma preocupação dos líderes do governo no Senado, senadores Ney Maranhão (PRN-PE) e José Ignácio Ferreira (PST-ES), com o que pode acontecer hoje em ple-

nário. Como se sabe, o projeto de resolução conforme foi aprovado na Comissão de Economia do Senado, prevê que nenhuma parcela de juros em atraso será paga aos credores enquanto não estiver concluído o processo de negociação. Os líderes ontem chegaram até a analisar a possibilidade de argüírem em plenário a inconstitucionalidade do projeto de resolução.

Pelos termos do comunicado endereçado aos bancos credores, observa-se que, embora lentamente, o processo de negociação apresentou algumas pequenas evoluções. Primeiro, da parte do Brasil fica claro agora que o percentual de 15% para o pagamento "cash" dos atrasados neste ano recai sobre todo o estoque de juros em atraso até 31 de dezembro — cujo valor está estimado em cerca de US\$ 8 bilhões — e não apenas sobre o valor que está em depósito no BC. Isso significa uma despesa de US\$ 1,2 bilhão das reservas internacionais e não os US\$ 900 milhões calculados de início. O Brasil colocou claramente aquela posição no dia 29 de novembro.